

## O ALVARÁ DE 28 DE JUNHO DE 1759: QUAL REFORMA À EDUCAÇÃO?

THE CHARTER OF JUNE 28, 1759: WHICH REFORM FOR EDUCATION?

**Rafael Duarte Falcão<sup>1</sup>**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0284-7865>

E-mail: javier1936.rf@gmail.com

**Olivia Moraes de Medeiros Neta<sup>2</sup>**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4217-2914>

E-mail: olivia.neta@ufrn.br

### Resumo

O propósito deste trabalho é analisar a reforma dos estudos a partir do Alvará régio de 28 de junho de 1759. Este Alvará régio extinguiu as escolas reguladas pelo método dos Jesuítas, estabelecendo um novo regime que instaurou um Diretor dos Estudos, professores de Gramática Latina, Grega e o ensino de Retórica. O método utilizado para a investigação foi o da interpretação histórica na acepção de Jörn Rüsen. Laerte de Carvalho e Carlota Boto corroboraram com os entendimentos de reforma pombalina e Sérgio Rouanet com a concepção de iluminismo. As fontes são o Alvará régio de 28 de junho de 1759, leis e decretos reais acessados em acervos virtuais, sejam portugueses ou brasileiros. Pelas análises, destacamos que Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, extinguiu as escolas regulares regidas pelo método dos jesuítas ao passo que estabeleceu um novo regime a partir de ideias como as de Dom Luís da Cunha (1662-1749), António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1785) e Luís António Verney (1713-1792), criando aulas régias ou avulsas. Ressalta-se o ideal iluminista associado, por exemplo, ao principal objetivo das Reformas Pombalinas da Instrução Pública que era o desenvolvimento de uma escola pública laica, em detrimento de uma escola eclesiástica. Concluímos que do Alvará decorreu, a partir de 1759, uma frente correspondente às reformas ocorridas nos estudos menores e houve, em 1772, uma frente correspondente às reformas ocorridas nos estudos maiores ou Universitários.

**Palavras-chave:** pombalismo; reformas; educação pública.

### Abstract

The purpose of this work is to analyze a reform of studies from the Royal Charter of June 28, 1759. This Royal Charter extinguished the schools regulated by the Jesuit method, establishing a new regime that established a Director of Studies, teachers of Latin Grammar, Greek and the teaching of Rhetoric. The method used for the investigation was historical interpretation as defined by Jörn Rüsen. Laerte de Carvalho and Carlota Boto corroborated the Pombaline reform understandings and Sérgio Rouanet with the Enlightenment concept. The sources are the Royal Charter of June 28, 1759, laws and royal decrees accessed in virtual collections, whether Portuguese or Brazilian. Based on the analyses, we highlight that Sebastião José de Carvalho e Melo, the Marquês de Pombal, extinguished the regular schools governed by the Jesuit method while he sourced a new regime based on ideas such as Dom Luís da Cunha (1662-

---

<sup>1</sup> Licenciando em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

<sup>2</sup> Licenciada e Bacharel em História, mestra e doutora em Educação. É professora no Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e atua como professora-orientadora no Programa de Pós-Graduação em Educação (UFRN) e no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

1749), António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1785) and Luís António Verney (1713-1792), creating regias or separate ones. The ideal associated with the Enlightenment is highlighted, for example, with the main objective of the Pombaline Reforms of Public Instruction, which was the development of a secular public school, to the detriment of an ecclesiastical school. We conclude that from 1759 onwards, there was a front corresponding to the reforms that took place in minor studies from the Alvará, and in 1772 there was a front corresponding to the reforms that took place in major or university studies.

**Keywords:** pombalism; renovations; public education.

## INTRODUÇÃO

O Iluminismo é, sobretudo, uma corrente filosófica que surgiu no final do século XVII, cujo objetivo é “estender a razão como crítica e guia a todos os campos da experiência humana” (ABBAGNANO, 2007, p. 545). O século XVIII - consolidação máxima desse movimento conhecido, para além do termo mencionado, como Século das Luzes, Ilustração ou *Aufklärung* (em alemão, “Esclarecimento”) - foi um período de grandes mudanças estruturais que modificou totalmente a forma de ser e estar no mundo. Considerado como o momento em que as pessoas puderam “emergir das trevas” em que a Idade Média estava submersa para envolverem-se no branco manto do otimismo, cujo expoente máximo, o Esclarecimento, foi definido por Kant como:

a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. *Sapere aude!* Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento (*Aufklärung*) (KANT, 1985, p. xx).

Ao trazer Sergio Paulo Rouanet ao debate, compactuo com a importância que ele atribuiu em seu livro *As Razões do Iluminismo*, para que destaquemos uma diferença semântica entre os termos *Ilustração* e *Iluminismo* que comumente são abordados como sinônimos, sendo a *ilustração* mais como “uma importantíssima realização histórica do *iluminismo*” (Rouanet, 1998, p. 28). Portanto, a *ilustração* nada mais é do que uma parte do todo, levando em consideração que esse movimento é reconhecido na obra de vários autores como, segundo Rouanet, Marx, Freud, Adorno e Foucault, por mais que eles não se reconheçam, estando vinculados a uma outra parte do todo que não necessariamente a *ilustração*. Para Rouanet, devemos reservar esse termo exclusivamente à corrente de ideias que floresceu no século XVIII, enquanto que devemos reservar o termo *iluminismo* para designar uma tendência intelectual atemporal que combata o mito e o poder, baseando-se na razão.

O sujeito do Iluminismo baseava-se em uma concepção narcisista; isso quer dizer que o seu núcleo – centrado e unificado – já permeia o interior do indivíduo, apenas se desenvolvendo, por mais que sua essência permaneça a mesma ao longo de sua existência. O homem, definitivamente, é um produto do seu tempo, pois. O “homem”, porém, como objeto de estudo foi inventado no fim do século XVIII e início do século XIX. Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), portanto, foi um sujeito singular como qualquer indivíduo, produto de seu

tempo, o qual pôs o rumo da instrução da Monarquia Portuguesa e de suas colônias diretamente às luzes.

Para entender o motivo pelo qual houve tal redirecionamento dessa instrução, é necessário que entendamos o contexto histórico europeu ocidental, precisamente, dos últimos decênios do século XVII aos últimos decênios do século XVIII, no qual se deu o advento do movimento Iluminista neste continente. Esse movimento, contudo, revolucionará o rumo da História ocidental incondicionalmente, porque colocará um fim definitivo no irremediável poder da Igreja Católica, no absolutismo do rei, nos privilégios da nobreza e do clero, no mercantilismo, enfim, em muitas instâncias da sociedade setecentista.

Segundo Isaiah Berlin (1909-1997), em seu livro *As raízes do Romantismo*, fruto de seis conferências feitas em 1965, alicerça o Iluminismo em, basicamente, três proposições. A primeira proposição refere-se ao fato de que todas as perguntas autênticas podem ser respondidas, ou seja, a pergunta que não for respondida logicamente, não é uma pergunta. A humanidade pode não saber as possíveis respostas, mas saberá um dia. Pode não ser neste século. Pode não ser por um humano, mas por um ser onisciente, por Deus, segundo Berlin, entretanto, obteremos estas respostas sem sombra de dúvidas. A segunda proposição refere-se ao fato de que todas as respostas são cognoscíveis, ou seja, todas as perguntas as quais permeiam a nossa existência são passíveis de entendimento, nada hermético. Foi falado, outrossim, da tal cognoscibilidade que faz das coisas possíveis de serem ensinadas e aprendidas, que faz com que possamos entender o sentido de nossas vidas, donde somos, para onde vamos, por que estamos neste mundo, o que rege a consciência humana, quais são os verdadeiros valores, bem como a nossa forma-de-ser-no-mundo. A terceira proposição refere-se ao fato de que todas essas respostas devem ser compatíveis, senão dar-se-á o caos. É sabido, obviamente, que uma proposição verdadeira não pode contradizer outra proposição verdadeira – isso é uma verdade lógica. É importante destacar que essas três proposições que dão base não são próprias do Iluminismo. Todavia, esse movimento, evidentemente, deu uma cara nova a estas e muitas outras questões que mantêm viva a curiosidade humana.

A fé na racionalidade foi o que impulsionou os pensadores do setecentos a questionarem os regimes vigentes em várias instâncias da sociedade. Foi uma quebra radical dos preceitos “obscuros” que regiam as práticas político-sociais e pedagógicas da época. Portugal era um país extremamente católico em conformidade com a Espanha, com as cidades italianas e com a França em contexto europeu. Esta cegueira perante à Igreja impossibilitava o avanço técnico-científico pelo qual passara, por exemplo, a Inglaterra, após o lançamento de um livro que revolucionou o pensamento intelectual à época – *Os princípios matemáticos da filosofia natural*; Newton, com a publicação desse livro naquele período, conseguiu pôr ordem na Física e era isso que todos os pensadores da época queriam fazer com os demais conhecimentos. A ideia era pôr ordem nas opiniões humanas. Em um mundo cartesiano e dicotômico, o que importa é a sua capacidade de classificar tudo ao redor do mundo. Daí nasce o medo do desconhecido, com isso tendemos a rechaçar a diferença que nos permeia. Para além das divergências que houveram entre os iluministas, houve uma fiel crença de que a virtude consiste no conhecimento, portanto é imprescindível a tomada do monopólio jesuíta da educação na Monarquia Portuguesa e em suas colônias, porque o poder da Igreja interferindo em decisões políticas representava um atraso científico pautado no empirismo que era o que estava em voga na Europa, mais precisamente na Inglaterra.

A Europa estava passando por um período o qual ficou conhecido na historiografia por secularização. Essa secularização significava uma ruptura com a institucionalização da religião, a qual ocupava uma posição-chave na (re)produção do elo social e na atribuição de sentido ao mundo. A religião, portanto, vai perdendo espaço na sociedade gradativamente, por mais lento que possa ser esse processo. A Monarquia Portuguesa estava dando os primeiros passos à laicização do Estado e isso representava um ganho substancial ao avanço da ciência. Esse fenômeno é indissociável ao Iluminismo. Por causa dele e do seu produto - o homem da Razão, da Lógica, da Experimentação, Da Ciência e do Direito Natural - é que podemos ampliar a nossa cosmovisão para além dos limites eclesiásticos.

## METODOLOGIA

Para a análise, utilizamos o método histórico conforme desenvolvido por Jörn Rüsen (2015), seguindo os procedimentos de *heurística*, *crítica* e *interpretação*. A partir das leituras de sua obra, entendemos que

o método histórico é a suma de todas as regras que determinam o pensamento histórico enquanto processo de pesquisa. Pesquisa guiada por regras que confere ao conhecimento histórico justamente aquela capacidade de fundamentar que o caracteriza como ciência (RÜSEN, 2015, p. 170).

Destarte, “o método histórico é a regulação desse processo cognitivo, que torna seus procedimentos cognitivos (ou etapas reflexivas) particulares (distinguíveis artificialmente uns dos outros) reconstituíveis, controláveis e, com isso, criticáveis.” (RÜSEN, 2015, p. 171). Desse modo, o método histórico constitui-se, em conformidade com Rüsen, a partir de três estratégias cognitivas ou formas de pensamento: *heurística*, *crítica* e *interpretação*.

Ademais, Jörn Rüsen aponta algumas limitações acerca do que desenvolveu em sua obra *Teoria da História: Uma Teoria da História como Ciência*

Ficam postas de lado, intencionalmente, etapas de reflexão na apreensão e na interpretação da experiência histórica, em contexto comunicativo com outros processos da constituição histórica de sentido, que seguem critérios diferentes. Isso pode parecer uma deficiência, mas representa, ao final, uma vantagem, pois isolar artificialmente os procedimentos cognitivos permite colocar em evidência a regulação metódica do pensamento histórico que define o caráter disciplinar da ciência da história. (RÜSEN, 2015, p. 172).

Na etapa da *heurística* tivemos a pergunta histórica que iniciou toda a pesquisa e o processo de descoberta de conteúdos experienciais necessários à sua resposta. Nesta etapa, motivados pela relevância dada ao novo regime que instaurou um Diretor dos Estudos, professores de Gramática Latina, Grega e o ensino de Retórica, por meio do Alvará Régio de 28 de junho de 1759, que criou aulas régias ou avulsas, ao passo que extinguiu as escolas regulares regidas pelo método dos jesuítas e estabeleceu um novo regime a partir de ideias como as de

Dom Luís da Cunha (1662-1749), António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1785) e Luís António Verney (1713-1792). Sendo assim, determinamos como pergunta histórica: como as concepções iluministas materializam-se na Educação portuguesa a partir das Reformas Pombalinas da Instrução Pública por meio do Alvará de 28 de junho de 1759?

Na etapa da *crítica* analisamos a qualidade da informação extraída das nossas fontes: alvarás, leis e decretos reais acessados em acervos virtuais, discutindo a sua autenticidade, a intencionalidade de sua produção, a sua proximidade temporal, a possibilidade objetiva de seu teor e a constituição de agregados complexos de fatos. Nessa etapa, o recurso a ciências auxiliares, em particular aos dados quantificados, permite-nos extrair conteúdos factuais do material histórico e compreender agregados complexos de fatos a serem analisados.

Finalmente, na etapa da *interpretação*, temos “uma operação da pesquisa histórica que, de forma intersubjetivamente controlável, conecta os fatos do passado obtidos pela crítica das fontes em sequências temporais, as quais são investidas de uma função explicativa” (RÜSEN, 2015, p. 184). Logo, os fatos são tornados históricos pela ação do pesquisador.

## RESULTADOS

Influenciado pelos ideais iluministas, Sebastião José de Carvalho e Melo – o Marquês de Pombal – por meio do Alvará régio de 28 de junho de 1759, extinguiu todas as escolas regulares regidas pelo método dos jesuítas e, a partir daí, estabeleceu um novo regime à luz de seus oráculos Dom Luís da Cunha (1662-1749), António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1785) e Luís António Verney (1713-1792).

Pelo intermédio deste documento, foi implantado pelo Marquês: a extinção da educação jesuítica de base peripatética, de fundo especulativo, conduzida pela Companhia de Jesus e de sua metodologia de ensino escolástica em Portugal e em todos os seus territórios ultramarinos; no que se refere ao ensino das humanidades, foi instituído aulas de gramática latina, de grego e de retórica; novos cargos também foram criados, com o objetivo de administrar, orientar e fiscalizar - o cargo de “diretor de estudos”; aulas régias, em detrimento do curso secundário de humanidades jesuítico; realização de concursos para docentes; além das aulas de comércio que foram aprovadas e instituídas.

O principal objetivo das Reformas Pombalinas da Instrução Pública era o desenvolvimento de uma escola pública laica, em detrimento de uma escola eclesiástica. Os ideais iluministas trouxeram um viés científico para as ciências e em específico para a Educação, esses ideais foram incorporando-se à sociedade da época de maneira a modificar o seu habitus, tal concepção exigia um novo homem moldado pela mediação da Educação.

A formação dos Estados Modernos exigia um novo modelo de sociedade, que se formaria conforme as ações educativas; a escola, como aparelho ideológico estatal, era a principal responsável pela domesticação dos sujeitos setecentistas em conformidade com o Moderno que estava surgindo.

“Moderno, no caso, não é apenas um termo: é uma condição dialética de pensamento - uma atitude diante dos valores e processos da cultura - e, ao mesmo tempo, a aspiração - o ideal, essencialmente pedagógico da transformação da ideologia nos seus hábitos tradicionais, transformação essa orientada para objetivos claramente predeterminados, de acordo com as exigências da doutrina política imperante” (CARVALHO, 1978, p. 29).

Há um detalhe secundário, mas não menos importante, que se precisa mencionar. Laerte Ramos de Carvalho (1978) - autor central à análise neste trabalho - interpreta o Alvará Régio de 28 de junho de 1759, como consagrador de duas reformas pombalinas educacionais da instrução pública, porém Carlota Boto lembra-nos, que à luz de António Nóvoa, por exemplo, esse documento atuou em duas frentes, há dois momentos de uma mesma ação política e ideológica, portanto, a situação que se coloca é a seguinte: houve, em 1759 - no início da segunda metade do século XVIII - uma frente correspondente as reformas ocorridas nos estudos menores e houve, em 1772 - no final da segunda metade do século XVIII - uma frente correspondente as reformas ocorridas nos estudos maiores ou Universitários, justificando que as medidas ainda relativas à primeira reforma foram incorporando-se ao sistema até a década de 1770.

Em conformidade com Boto (2010, p. 293): “o alvará de 28 de junho de 1759 parte da constatação de que existiria uma decadência em todos os campos dos estudos do Reino.” Logo, o Sebastião José de Carvalho e Melo, tomado pelo empirismo lockeano, reestruturou os chamados estudos menores. Já em relação aos estudos no âmbito universitário, consoante Boto, foi legitimado quando os presidentes da Junta Providência Literária elaboraram um Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra (1771), que criticava ferrenhamente a Companhia de Jesus, alegando, como já fora bastante mencionado, uma total falta de pensamento crítico. Os alunos detinham a ouvir e a copiar, segundo Boto (2010, p. 295): “lia-se pouco; ouvia-se e copiava-se muito”.

Como nos lembra Ramos de Carvalho (1978, p. 32): “Quando, em 1759, se instituíram as aulas régias de gramática latina, grega, hebraica e de retórica, no mesmo alvará em que suprimiu o ensino dos jesuítas, invocou-se, como razão de Estado, a necessidade de se ‘conservarem a união cristã e a sociedade civil’.”

A educação ocidental estava a cargo da Companhia de Jesus desde 1540, após ser reconhecida por bula papal, porém a sua fundação foi em 1534. Sendo assim, o Marquês de Pombal criticou o método de ensino dos jesuítas - o escolástico-peripatético.

Logo, o foco das reformas pombalinas da instrução pública estava voltado à expulsão dos jesuítas de todo o território lusitano, fazendo com que se extinguisse a falta de empirismo na produção do conhecimento, já que se baseia, primordialmente, na retórica, na especulação do conhecimento. Toda a produção intelectual da época estava à mercê da influência locke-newtoniana.

O Alvará de 28 de junho deixava bem claro que a felicidade das monarquias era a cultura das ciências e que o seu ensino deveria contemplar a religião, a justiça e a igualdade. Contudo, as ideias expostas nesta declaração régia foram plenamente influenciadas pelo movimento iluminista surgido no final do século XVII e início do XVIII, completando o processo de laicização. Nesse documento, percebe-se que a função da educação moderna era formar cidadãos utilitários à nação, portanto, aptos para servirem ao Estado de maneira racional e emancipatória.

O texto ateu-se à “reforma dos estudos menores”, bem como privilegiou os estudos das chamadas “humanidades”. Continha-se nesse texto diretrizes que determinavam as reformas correspondentes ao nível secundário, traziam as disposições relativas ao diretor de estudos e aos professores de gramática latina, de grego e de retórica.

## DISCUSSÃO

Pois bem, em meio a esta efervescência, vivia Sebastião José de Carvalho e Melo – o futuro Marquês de Pombal – produto de seu tempo, ser histórico, cuja capacidade simbólica ilustrada levou a um outro patamar o Império Português em uma perspectiva político-social e, principalmente, educacional.

Lizete Maciel e Alexandre Shigunov Neto, em seu magistral artigo publicado na revista paulista Educação e Pesquisa em 2006, dividiram a vida do Marquês de Pombal em quatro fases. “A primeira é referente aos seus interesses particulares, isto é, a fase do cidadão Sebastião José de Carvalho e Melo e que compreende o período de 1699 a 1738. Nesse recorte temporal, o cidadão dedica-se exclusivamente aos interesses de pequeno fidalgo. Encerra tal fase com a tentativa frustrada de compor o Conselho de Fazenda do rei D. João V. A segunda é a fase diplomática, relativa ao período de 1738 a 1749, em que exerce suas funções diplomáticas em Londres e Viena. A terceira corresponde à fase governativa e esta se torna a mais importante de sua vida, pois, no reinado de D. José I, que durou de 1750 a 1777, acabou por dirigir os negócios do país. A última fase refere-se ao período do exílio, compreendido entre a morte de D. José I, em 1777, e sua própria morte, em 1782” (2006, p. 467).

A partir do Alvará régio de 28 de junho de 1759, em que se extinguem todas as escolas regulados pelo método dos jesuítas, o Marquês de Pombal estabelece um novo regime. Esse Alvará traz considerações acerca da organização escolar que será efetivada, no qual dava voz a um Diretor Geral dos Estudos e por meio desse, implementou o ensino de Gramática Latina, de Grego e de Retórica. Nesta análise, pretendemos deter-nos apenas na análise das reformas dos estudos menores e maiores a partir do Alvará régio de 28 de junho de 1759. Investigando os pormenores sobre uma frente correspondente às reformas ocorridas nos estudos menores em 1759 e uma frente correspondente às reformas ocorridas nos estudos maiores ou Universitários em 1772.

O Alvará régio de 28 de junho de 1759 extinguiu todas as escolas reguladas pelo método dos Jesuítas, estabelecendo um novo regime que instaurou um Diretor dos Estudos, professores de Gramática Latina, Grega e o ensino de Retórica. Inicialmente, o alvará traz, na primeira pessoa do ELREY, a preocupação do Estado perante as “Sciencias”, reconhecendo que a felicidade das Monarquias está à mercê do método científico; um método científico que conserve a Religião, a Justiça e a Igualdade nas suas purezas. Essa licença régia foi promulgada a fim de que, efetivamente, fossem expulsos todos os jesuítas de Portugal e de suas colônias – lembrando que o Marquês de Pombal aboliu o termo “cristãos-novos”, usado para denominar aqueles “judeus convertidos” a fim de que houvesse uma homogeneização da aristocracia portuguesa, já que se percebia uma concreta perda de capital interno circundante - portanto, em 1773, através de Sebastião José de Carvalho e Melo, Portugal promulgou a lei que anula qualquer discriminação entre cristãos-novos e cristãos-velhos. O Marquês de Pombal combateu todo e qualquer poder fragmentário que colocasse em risco o poder centralizado. Por este modelo adotado por Pombal, o mesmo ficou conhecido como déspota esclarecido, ou seja, aquele que busca nos ideais iluministas efervescentes meios para legitimar o poder absolutista. Os Estados defasados, portanto, poderiam engrandecer, proporcionando a ascensão dos seus governantes.



Através dos seus “oráculos”, *Dom Luís da Cunha (1662-1749)*, *António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1782)* e *Luís António Verney (1713-1792)*, o Marquês de Pombal deu início a esta revolução educacional portuguesa, já que tirou do domínio da igreja católica o monopólio da instrução e tornou-a de domínio estatal. Várias críticas foram feitas a esta implementação, principalmente pela sua base teórico-metodológica estar pautada nos chamados *estrangeirados*, ou seja, eram resoluções com base em modelos inicialmente franceses, repensados por portugueses que analisavam a situação dos seus conterrâneos a partir de países estrangeiros, portanto, não lúcidos o suficiente para saber qual seria o melhor destino do avanço desta instrução extremamente seletiva. Segundo Carlota Boto (2011, p. 33): “[...] a aceção de pública para essa escola pombalina toma o conceito em seu sentido originário: público como aquilo que pode ser comunicado; que pode se dar a ver; cujas normas de ordenamento constitutivo são compartilhadas. Nesse sentido, a escola pombalina foi pública”.

\*

As contribuições feitas por Dom Luís da Cunha (1662-1749) voltaram-se mais para a descrição do atual estado do Reino à época do que à Educação propriamente dita. Esse ilustre sujeito formou-se em Cânones e desde 1695 foi um exímio diplomata português que se mostrou um homem com ideias de cunho emancipacionistas, voltadas à modernização econômica do decadente império português. O fato de ter exercido o ofício de embaixador em Londres, deu a ele uma visão extremamente inovadora, o que fez com que ampliasse a sua visão mercantilista. D. Luís da Cunha preocupava-se com a decadência da ideia de rei, com a dependência portuguesa perante à Grã-Bretanha, com as dificuldades comerciais e, principalmente, com a falta de interesse que o português tinha para com o seu próprio Estado, pondo em conflito a sua falta de fé frente à população e a sua falta de iniciativa frente ao Reino.

Dom Luís da Cunha apontou, objetivamente, as deficiências de um Estado tido como doente, trazendo à tona elementos a serem diagnosticados; para além deste levantamento de cunho sintomático, levantou também os possíveis medicamentos a serem tomados, ou seja, funcionários capazes de pôr ordem em um reino defasado. O testamento político de D. Luís da Cunha – publicado nos anos 40 do século XVIII – sugere mais de um nome para o cargo de Ministro do Reino, dentre os quais sublinha o de Sebastião José de Carvalho e Melo. O futuro Marquês de Pombal havia tornado-se popular após o seu célebre conselho quando o terremoto de 1755 destruiu totalmente a cidade de Lisboa; é possível que ele tenha se voltado ao rei, após ser indagado sobre a tragédia, e respondido: “enterre os mortos, feche os portos e cuide dos vivos”, conquistando a confiança do rei definitivamente. Enfim, Dom Luís da Cunha era a expressão máxima do pensamento cosmopolita à época e, conseqüentemente, antecipou a ilustração portuguesa.

Portugal era compreendido como um organismo doente. No contexto europeu, mostrava-se à mercê sócio-econômica, política e culturalmente da Grã-Bretanha que, desde 1703, por intermédio do tratado de Methuen, no qual foi estabelecido a troca entre os produtos têxteis ingleses e o vinho português, trazendo resultados desfavoráveis a Portugal que se endividou bastante. Porém, outros fatores levaram Portugal à máxima fragilidade; a fragilidade portuguesa residiria na estreiteza dos limites de seu território. Havia no Reino terras incultas nas quais não havia cultivo algum, por falta de interesse da parte dos proprietários. Além disso, porções de terras eram usurpadas pelo desenvolvimento estrutural das cidades, vilas e lugares.



Foi a partir dessas observações que este sujeito estrangeirado, destacou as quatro sangrias de Portugal. Segundo, D. Luís da Cunha, as sangrias provocaram, entre outras coisas, o despovoamento do território.

A *primeira sangria* diz respeito ao conjunto de pessoas de ambos os sexos que procuravam os conventos, renunciando ao mundo, não trabalhando para o país, não procriando e não contribuindo para povoar o reino. Atribuindo uma conotação fisiológica ao plano social, esta primeira sangria nos diz que uma das primeiras faltas que o reino sofre é a saída do povo da sua região, enquanto os que ficam vivem ociosos.

A *segunda sangria* diz respeito aos marinheiros que se mandavam para a Índia ou para o Brasil, deixando mulheres e filhos; as mulheres eram “abandonadas”, sem muito o que fazer, sendo que o contrário seria a gestação de filhos para não morrer a força de trabalho estatal. Até então era imprescindível a resolução do problema da densidade demográfica.

A *terceira sangria* diz respeito aos atos inquisitoriais, excepcionalmente, em relação aos cristãos-novos – aqueles judeus convertidos-travestidos. Em solo português, os cristãos-novos, não teriam qualquer oportunidade. D. Luís da Cunha prezava, acima de tudo, a liberdade religiosa, pois faria com que houvesse capital de giro, haveria uma movimentação da moeda portuguesa. Os cristãos-novos jamais entraram para o que se entendia de aristocracia, pelo simples fato de serem judeus – ninguém levava em consideração a conversão desses indivíduos à fé cristã, por mais que eles se mostrassem adeptos. Ele acreditava que quanto mais perseguições, mais existiriam judeus travestidos.

A *quarta sangria* diz respeito ao desequilíbrio comercial que ceifava o Estado, extinguindo a força e a robustez do reino.

Este ilustre português tratou mais da civilidade portuguesa, em seus textos, do que da instrução portuguesa, porém é sabido que uma educação de qualidade implica em uma civilidade conveniente a todos. Portugal não deveria se prender a um passado que acreditou ser grandioso. O Reino deveria focar no futuro de seu povo – dando voz à secularização, desvinculando-se do poderio eclesiástico, dando asas à liberdade moral, conquistada pela complacência. Dom Luís da Cunha, assim como Verney e Ribeiro Sanches, compõem um grupo de intelectuais que fizeram, por meio de seu conjunto de ideias, com que Portugal se elevasse às luzes da ciência e da razão. Cunha era mancomunado com a aristocracia, porém contrário aos setores retrógrados nos quais o reino estava submetido em conformidade com o pensamento dos intelectuais que o representavam. Este foi um dos oráculos que guiaram Pombal às reformas que tanto o país necessitava.

\*

António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1782) foi um excepcional médico e intelectual português. A sua vasta produção envolve vários tratados sobre medicina e educação. A sua obra estende-se desde teorias acerca das emoções à educação. Sanches foi um dos portugueses que influenciaram as reformas educacionais pombalinas; expoente privilegiado do movimento iluminista, nascido em Penamacor, Portugal, cristão-novo formado em Medicina pela Universidade de Salamanca, após breve período cursado em Coimbra. Segundo Boto (2011, p. 55): “Muitos biógrafos atestam que tal afastamento definitivo do solo português deveu-se ao receio de ser perseguido; ou mesmo de contar com intransponíveis dificuldades para o exercício da Medicina – já que Ribeiro Sanches era, pela sua origem de sangue, cristão-novo e

não poderia, por essa razão, pleitear qualquer emprego público em Portugal.”, sendo, somente em 1773, promulgada a lei que anulava qualquer discriminação referente a tais origens sanguíneas.

Antes de se envolver, efetivamente, no campo educacional, Ribeiro Sanches peregrinou por países como França, Holanda, Itália, Inglaterra e Rússia. Precedentemente, Sanches permaneceu na Rússia como médico particular da czarina Ana Ivanovna, na Corte, em seguida transferindo-se para Paris, cidade na qual ele estabelecerá grandes laços com importantes personalidades que se envolveram com a publicação da obra máxima do Iluminismo francês: a Enciclopédia, editada por Jean Le Rond D’Alembert e Denis Diderot. O movimento iluminista influenciou totalmente o modo como Sanches pensava a educação, portanto atribuiu um corpo às suas ideias ao escrever um grande tratado sobre o tema, intitulado *Cartas para a educação da mocidade*, título que não corresponde precisamente ao conteúdo abordado. Acredita-se que o motivo pelo qual esse título tenha sido escolhido esteja relacionado com a verdadeira natureza do tratado, pois esse, além de outros aspectos, tratará a educação como de responsabilidade estatal e não eclesiástica. Sanches aproximou-se de aspectos utilitários à formação do cidadão, aspectos que a Igreja não considerava importante à formação dos sujeitos. Uma formação para a vida era o que ele mais prezava.

Preocupado com a educação e com a saúde dos povos, Ribeiro Sanches acreditava que todas essas instâncias deveriam estar sob o cuidado do Estado. Defensor de uma política centralizadora, Sanches atribuía ao Estado o dever de resguardar a instrução pública, pois acreditava na importância do domínio público em matéria de instrução. O século XVIII foi marcado pelo processo de laicização educativa e racionalismo pedagógico, fato que influenciou profundamente a sua militância sobre a separação total entre Igreja e Estado. Os sujeitos deveriam ser formados sob três princípios básicos: o primeiro objetivo estava pautado em uma formação subserviente, na qual os súditos fossem preparados para servirem ao Estado, bem como disciplinados, defendendo totalmente os interesses do reino; era imprescindível que se formasse uma consciência social universal que tornasse o império homogeneizado; o segundo objetivo relacionava-se ao fato de que o poder simbólico haveria de estar sob o poder estatal. Sanches sem sombra de dúvidas apoiou o seu pensamento nos princípios que centralizaram o poder do Estado; o terceiro objetivo estava vinculado às estratégias que emancipassem o Estado cultural e cientificamente. Em conformidade com seu pensamento, não haveria evolução se nos contentarmos com um conhecimento místico-religioso, baseado em um século profundamente clerical no qual a Igreja detinha a última palavra em todas as instâncias da sociedade.

Para além dos princípios que regeriam a formação dos súditos, Ribeiro Sanches também propôs uma estrutura curricular pautada no ensino da agricultura e do comércio. Sanches não chega ao ponto de propor uma educação para todos, contudo ele acreditava que as escolas deveriam ser extremamente seletivas, pois, segundo Sanches, passar muito tempo sentado sendo submetido a testes extensivos enfraqueceria os músculos daqueles das classes populares que deveriam somente preparar-se para o trabalho, conformando-se em seguir a linhagem dos seus genitores. Era importante que se formasse cidadãos aptos para ocupar os cargos da religião e os destinados a servir ao Estado, por isso a importância do ensino técnico da agricultura e do comércio, base indispensável da economia do período moderno.

Há ainda a necessidade de estabelecer um ponto central para uma formação docente regular certificada pela corte. Posteriormente, qualquer um que soubesse ler e escrever

ocuparia tal ofício por todo o reino. Havia escolas espalhadas em diversas aldeias e vilas desconexas do centro econômico português. Isso cairia por terra a partir do momento que fosse estabelecida a abolição dessas escolas desligadas das principais vilas do reino. Com isso, podemos perceber o seu objetivo central: monopolizar as atividades culturais e pedagógicas aos fidalgos. Por conseguinte, é a partir do seu pensamento que percebemos os pormenores das reformas pombalinas da instrução pública, pois Ribeiro Sanches acreditava que devesse haver um secretário, servidor do Estado para presidir as instituições, uma formação docente sob as ordens do império, abolição de escolas desregulares, centralização cultural e pedagógica, uma educação pública, estatal, mas não para as classes populares.

Ribeiro Sanches também se preocupou com os estudos maiores, ou seja, com o ensino das universidades, mais especificamente com a Universidade de Coimbra, cujo ensino era de cunho especulativo, baseado na metodologia escolástica dos jesuítas à base da retórica. O ensino do latim foi bastante criticado por ele, pois não era importante para a subserviência ao reino. Em Coimbra havia quatro faculdades consideradas por ele defasadas e obsoletas, tais cursos eram: direito canônico, jurisprudência, teologia e medicina; não havia sequer o curso de Filosofia, esse pertencente ao território da teologia. O domínio do currículo desses cursos estava nas mãos do clero, assim como em todas as instituições daquela época. Portanto, o que se produzia era teses dedutivas, argumentos retóricos, lógica conceitual abstrata, ou seja, era uma educação de base escolástico-peripatética, de fundo especulativo, conduzida pela Companhia de Jesus. Percebia-se a falta de empirismo, com base no pensamento locke-newtoniano. O conhecimento valia-se pela retórica e pela física especulativa.

\*

Luís António Verney (1713 - 1792) foi um dos principais intelectuais iluministas portugueses - um dos pilares das reformas pombalinas da instrução pública. Verney era filho de pai francês e mãe portuguesa, assim como nos lembra Carlota Boto (2011). Nasceu em Lisboa, onde teve uma formação jesuítica no Colégio de Santo Antão. Logo em seguida, na Universidade de Évora, iniciou os seus estudos maiores em Artes e Teologia, porém foi na Itália que ele defendeu a sua tese em Teologia.

Verney foi um eminente crítico do método escolástico, deixando clara a sua posição por meio de cartas as quais compuseram o livro o *Verdadeiro método de estudar* (1746). Segundo Carvalho (1978), em Verney podemos encontrar com bons fundamentos o que se deveria remover dos estudos menores ao que se deveria fundar. Contudo, o que podemos, de fato, perceber são críticas à Companhia de Jesus e aos seus métodos, motivos e as suas razões em relação ao monopólio dos estudos maiores e menores e um prevalente apoio a um ensino pragmático voltado aos interesses do Estado.

O que podemos perceber que é enfatizado nas cartas de Verney é uma reforma que abrangesse todo o sistema educativo português: os estudos menores e os estudos maiores. A partir disso, Verney trouxe à luz uma série de questionamentos acerca da forma com que se abordava a língua materna nas instituições de ensino. No tocante à língua portuguesa, sempre tomada em segundo plano, sendo ensinada a partir do Latim - a língua latina era utilizada para o ensino de toda e qualquer disciplina - os discípulos deveriam aprender a formar sentenças em *bom português*, já muito bem conhecido, do que aprenderem a formar sentenças em Latim,

pois, na verdade, acabava que os discípulos terminavam deixando o ambiente escolar sem estarem devidamente letrados em nenhuma das línguas mencionadas.

Afora os temas relativos ao ensino da língua latina em detrimento da língua materna. Foi criticado também por Verney o modo como o sistema educativo do reino abordava o assunto acerca da ciência moderna. O estudo da física sob tratados obsoletos em nome de um aristotelismo inadequado foi julgado incipiente; além de que uma educação totalmente pautada em argumentos de autoridade, tendo em vista que, como nos lembra Boto (2010) fundamentada na obra de Verney, é necessário observar para saber.

Em relação aos argumentos de autoridade, pode-se perceber através das suas cartas o quão esse intelectual desconsiderava este método argumentativo. Segundo Verney, tal método era inútil, porque, em ciências, importa mais colocar as hipóteses em constantes testes de veracidade do que se apoiar em hipóteses apoiadas em argumentos retóricos. O excessivo aristotelismo no ensino das ciências tornava o conhecimento adquirido supérfluos, principalmente quando o assunto girava em torno da medicina, porque os estudantes ao invés de, por exemplo, no ensino de anatomia, trabalharem com cadáveres humanos, acabavam trabalhando com cadáveres de porcos entre outros animais. Assim como nos lembra Carlota Boto (2010), tudo isso era agravado por um verbalismo desmedido.

Apesar de Luís António Verney não ser médico, discorreu severas críticas sobre o ensino de medicina em Portugal. Segundo ele, tal ensino pautado em uma lógica aristotélica e em uma razão escolástica eram insuficientes à compreensão dos fenômenos da natureza; Portugal estava precisando passar pelo crivo da ciência moderna dos pensadores iluministas para modernizar-se em relação ao como analisar cientificamente os fenômenos a sua volta.

Longe de ser um Estado Moderno como as outras nações europeias estavam tornando-se, a velha nação portuguesa estava cada vez mais ligada ao cordão umbilical eclesiástico. Como a Igreja condenava o uso de cadáveres para o estudo da anatomia humana, os estudantes da Universidade de Coimbra valiam-se dos usos de outros animais. Como poderia um cirurgião aplicar com destreza os métodos estudados em seus pacientes se nunca outrora tivesse visto um corpo humano era o que Verney se perguntava. A racionalidade do aprendizado deveria ser introduzida no currículo desses estudos para o bom entendimento acerca dos músculos, tendões e vasos sanguíneos.

Adepto de muitas das ideias de Ribeiro Sanches, Verney - assim como Sanches - era a favor da instrução das mulheres. Principalmente, porque as mulheres eram as responsáveis pelo ensino das primeiras letras, ainda que rudimentar. Esse ensino era restringido a apenas noções de leitura, escrita e algo de aritmética. Elas ensinam as crianças a falar e dirigem a economia doméstica; tais motivos já eram o suficiente para que elas sejam instruídas na cultura letrada.

Sebastião José de Carvalho e Mello, certamente, bebeu na fonte de Luís António Verney por oferecer-lhe uma visão tão panorâmica acerca do ensino português. Decerto que Verney cobriu todos os campos da educação com o seu manto iluminista, trazendo mais do que uma nova perspectiva para a instrução portuguesa. Apesar de suas ideias apresentarem-se como progressistas, como de fato eram, Verney não ficou imune às contradições do pensamento iluminista - disseminando os preconceitos de classe.

\*

Já se sabe bem que os primeiros decênios do século XVIII na Europa estavam dicotomizados entre uma lógica religiosa e uma lógica racionalista. O ocidente estava vivendo momentos cruciais para o desenvolvimento de suas concepções de homem, sociedade, educação, ensino, aprendizagem, mas, para isso, sofria com o peso das mudanças em detrimento das tradições. Havia reformas em todas as diversas instituições sociais, principalmente no que dizia respeito à fé e à ciência.

Curiosamente, foi graças ao Marquês de Pombal que Portugal teve um breve surto de modernidade, em conformidade com Laurentino Gomes, após o terremoto que abalou Lisboa em 1755. Sebastião José de Carvalho e Melo, reiterando a qualidade ficcional deste fato, teria conquistado a confiança do monarca D. José I após ter sido questionado sobre as ações que deveriam ser tomadas. Pombal foi encarregado de reconstruir a Lisboa do século XVIII em todos os seus aspectos sociais, educacionais, políticos e econômicos.

Sebastião José de Carvalho e Melo nasceu em 1699. Ascendeu socialmente por meio dos cargos públicos que ocupou e suas posses. A sua família fazia parte da nobreza portuguesa, porém não possuía bens. Dentre as categorias sociais existentes àquela época, Carvalho e Melo estava situado entre a nobreza e a burguesia. O então diplomata português em terras inglesas desenvolveu uma antipatia considerável em relação aos ingleses. A Inglaterra sempre foi considerada uma ameaça aos planos econômicos portugueses, podendo tornar-se prejudicial ao Brasil Colônia.

Após passar por volta de cinco anos na Inglaterra, Carvalho e Melo retornou a Portugal em 1743, porém logo partiu, em 1744, para a corte austríaca, em função de suas atividades diplomáticas. Foi por intermédio da imperatriz Maria Teresa, recém adepta do despotismo esclarecido, que Carvalho e Melo teve contato com uma nova forma de pensar a instrução enquanto forma de empreendimento, porque, nessa época, Maria Teresa tirara a educação do domínio Eclesiástico para o domínio Estatal. O futuro Marquês de Pombal, porém, tivera que esperar a morte de Dom João V, em 31 de julho de 1750, para pôr em prática os seus modelos econômicos, ocupando o cargo de Ministro responsável pela Secretaria do Exterior e da Guerra, com a ascensão ao trono de Dom José I em 7 de setembro de 1750.

O então secretário do exterior e da guerra obteve grande sucesso em sua carreira política, exercendo também influência perante às demais secretarias. Em 1756 o futuro Marquês de Pombal atinge o posto mais alto do reino, tornando-se o secretário de Estado dos Negócios. Por volta de junho de 1759, Carvalho e Melo recebe o título de Conde de Oeiras, tornando-se o tão conhecido, histórica e politicamente, em 1769, o Marquês de Pombal.

Carvalho e Melo foi responsável por várias mudanças que ocorreram no Brasil Colônia para além das reformas da instrução pública. O período conhecido como pombalino na história brasileira ficou marcado pelas inúmeras crises econômicas que abalaram as estruturas do reinado de Dom José I - coincidiu drasticamente com a decadência da mineração. O objetivo principal do ministro de Dom José I estava pautado na modernização do reino para que pudesse fortalecer o Estado e autonomizar a economia que estava submetida aos interesses ingleses desde meados do século XVII.

“A sua preocupação foi então a de reorganizar a administração colonial, fortalecer os laços do exclusivo metropolitano, a fim de garantir o máximo de transferência da riqueza brasileira para Portugal.” (KOSHIBA, 1996, p. 60). Além disso, em âmbito político, o Marquês de

Pombal centralizou a administração, extinguindo a lógica das Capitanias Hereditárias e reunificando a administração colonial. Portanto, a antiga divisão administrativa estabelecida em 1621: o Estado do Maranhão, capital São Luís, e o Estado do Brasil, capital Bahia, fora reformulada, concedendo o status de capital ao Rio de Janeiro em 1763, “o que mostrou a sua preocupação em manter a cabeça administrativa bem próxima da economia mineira” (KOSHIBA, 1996, p. 60).

A doutrina do “despotismo esclarecido”, idealizada pelo próprio Pombal, conhecida pelo termo “absolutismo ilustrado”, nada mais é do que uma forma de governo inspirado no movimento iluminista europeu. À esta doutrina foi adotado princípios que fortalecesse o poder absoluto do rei de caráter divino, ao mesmo tempo que se estimulava os ideais de progresso, reforma e filantropia. Em conformidade com Carlota Boto (2011, p. 46): “Pode-se dizer que a ação de Pombal visava, de alguma maneira, a implementar a reforma já projetada por esses três conselheiros com os quais o despotismo esclarecido português diretamente dialogava”.

## CONCLUSÃO

Com esta nossa escrita ensaística, procuramos tecer relações entre alguns dos principais iluministas portugueses: Dom Luís da Cunha, António Nunes Ribeiro Sanches e Luís António Verney e a Reforma Pombalina da Instrução Pública. Há uma concepção de produção de conhecimento moderno (com o pombalismo, uma nova ideia de ciência era desenhada) efetivamente evidente na reforma curricular e na elaboração dos novos Estatutos da Universidade de Coimbra em 1772 - como já evidenciou Carlota Boto (2011).

A partir do conceito e/ou concepção de ciência que compõe o que há de mais fundamental na dimensão pedagógica do pensamento iluminista, ressaltamos o ideal iluminista associado, por exemplo, ao principal objetivo das Reformas Pombalinas da Instrução Pública que era o desenvolvimento de uma escola pública, laica, estatal e gratuita, em detrimento de uma escola eclesiástica.

É de conhecimento geral que o Marquês de Pombal dialoga e interage com os intelectuais esclarecidos e, em face desse cenário secularizado, ele ampara as suas ações institucionais. Sendo assim, concluímos que do Alvará decorreu, a partir de 1759, uma frente correspondente às reformas ocorridas nos estudos menores e houve, em 1772, uma frente correspondente às reformas ocorridas nos estudos maiores ou Universitários.

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BARBOSA, Sara Rogéria Santos. As contribuições de Luiz Antonio Verney e Antonio Nunes Ribeiro Sanches para o ensino de Língua Latina durante as Reformas Pombalinas da Instrução Pública. **VI Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade**, São Cristóvão, p. 1-16, 2012.

BOTO, Carlota et al. A dimensão iluminista da reforma pombalina dos estudos: das primeiras letras à universidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 44, p. 282-299, 2010.

BOTO, Carlota Josefina Malta Cardozo dos Reis. **Instrução pública e projeto civilizador: o século XVIII como intérprete da ciência, da infância e da escola.** 2011. Tese (Livre Docência em Políticas Públicas - Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. doi:10.11606/T.48.2011.tde-12092011-152740. Acesso em: 2021-09-15.

CARVALHO, Laerte Ramos de. **As Reformas Pombalinas da Instrução Pública.** São Paulo, Saraiva, Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

GOMES, Laurentino. **1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil.** São Paulo : Editora Planeta do Brasil, 2007.

KOSHIBA, Luís; PEREIRA, Denise Manzi Frayre. **História do Brasil.** São Paulo: Atual, 1996.

MARQUES, Daniella Domingues Alvarenga. **Educação em Portugal no século XVIII: críticas e propostas de António Ribeiro Sanches e Luis Antonio Verney.** Maringá, 2014.

ROUANET, Sergio Paulo. **As Raízes do Iluminismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

RÜSEN, Jörn. **Teoria da História: uma teoria da História como ciência.** Trad. Estevão C. de Resende Martins. Curitiba, PR: Editora da UFPR, 2015.

SILVA, Ana Rosa Clochet da. **Inventando a Nação: Intelectuais e Estadistas Luso-Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822).** São Paulo: HUCITEC/ FAPESP, 2006.